

Introdução

Parecia uma cena de um filme policial. Enquanto o sol nascia às seis horas da manhã de 27 de maio de 2015, policiais suíços à paisana entraram tranquilamente no luxuoso hotel Baur au Lac, em Zurique, na Suíça, para apreender membros de uma suposta associação criminosa internacional. O ataque-surpresa ao raiar do dia significou a prisão temporária sem incidentes de sete suspeitos, embora um tenha conseguido fugir do hotel sem ser preso no momento em que viu as demais prisões acontecerem, enquanto tomava seu café da manhã. Os suspeitos foram levados para fora do hotel cobertos por lençóis brancos, para poupá-los do constrangimento.

As identidades dos suspeitos não foram mantidas em segredo por muito tempo, graças às redes sociais e à imprensa incansável. Os detidos incluíam funcionários da FIFA (Federação Internacional de Futebol) – organização internacional com sede na Suíça e que supervisiona as competições de futebol ao redor do mundo – e vários dos seus parceiros comerciais. A ação da polícia foi o resultado de uma parceria sem precedentes entre os governos dos Estados Unidos e da Suíça. A ação marcou também o início de uma crise global para FIFA. Menos de uma semana depois, o então presidente da FIFA, Sepp Blatter, anunciou sua intenção de deixar o cargo, o que resultou na eleição de Gianni Infantino em fevereiro de 2016.

A crise atraiu enorme atenção da mídia global. Nos Estados Unidos, que não são uma nação das mais futebolísticas, o jornal USA Today observou que o escândalo bola de neve da FIFA "foi manchete em quase todos os principais jornais de todo o mundo". (Chase, 2015, <https://goo.gl/vhRcWH>). Em fevereiro de 2016, quando a FIFA elegeu seu novo presidente, as principais emissoras a cabo televisionaram horas de análise e cobertura ao vivo.

A atenção dada ao escândalo da FIFA desde 2015 refletiu uma mudança em como a mídia e o público viam a governança nos esportes. O tema, até então específico e obscuro, viralizou em 2016. E não foi só com a FIFA: a sopa de letrinhas das associações que regem os esportes – IAAF (Associação Internacional de Federações de Atletismo), CONCACAF (Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe), WADA (Agência Mundial Antidoping), ITF (Federação Internacional de Tênis), CAS (Tribunal Arbitral do Esporte) e outras – ganhavam notoriedade na imprensa, mas não pelo o que acontecia nas competições.

Este quarto módulo visa a reunir vários elementos do curso ao dedicar um olhar mais atento a dois casos recentes de desafios para as instituições de governança do esporte. O primeiro envolve o argentino Mario Goijman, um gestor de voleibol pouco conhecido e o segundo envolve Lance Armstrong,

uma figura muito mais célebre. Ambos os casos foram resumidos a partir de Pielke (2016).

Esses casos nos permitem reunir diversos elementos do módulo apresentados até agora. Os casos não fornecem respostas para questões importantes de governança, mas eles nos permitem fazer perguntas bem fundamentadas sobre práticas, procedimentos, ética e, em última análise, boa governança.

4.1 O caso de Mario Goijman

No final de uma noite de sexta-feira em março de 2012, nos limites de Buenos Aires, polícia e oficiais do governo argentino chegaram à casa de Mario Goijman com ordens para despejá-lo e confiscar suas posses. De 1996 a 2002 Goijman havia sido o presidente da Federação de Voleibol Argentino, que sediou o Campeonato Mundial Masculino de 2002. Outrora um empresário bem-sucedido, quando foi despejado de sua casa era apenas um homem doente e falido, uma vítima da incapacidade das associações esportivas internacionais de lidar com a corrupção em seus escalões.

Os oficiais bateram à porta do Goijman naquela noite devido a uma ação que o responsabilizara pelos empréstimos bancários que tinha feito em seu nome a fim de sediar o campeonato de 2002. A história dessa ação e suas trágicas consequências para um homem dá um vislumbre de um aspecto normalmente invisível da governança esportiva internacional, um que fica fora das manchetes.

A batalha de Goijman contra a associação internacional que supervisiona as competições de vôlei, a FIVB (Federação Internacional de Voleibol), começou em 2002, pouco antes do campeonato mundial masculino na Argentina. Com base nas informações que ele havia reunido como detentor privilegiado, Goijman decidiu denunciar a FIVB e foi a público com a alegação de que a contabilidade da Federação continha irregularidades financeiras. Goijman alegou que a corrupção partira do topo da Federação e de seu Presidente, Rubén Acosta.

Acosta, que havia presidido a FIVB desde 1984 e que também era um membro do prestigiado COI (Comitê Olímpico Internacional), negou as alegações e, por sua vez, acusou Goijman de cometer sua parcelas próprias de irregularidades financeiras. Acosta suspendeu Goijman da FIVB imediatamente e, logo depois, toda a Federação de Voleibol Argentino quando esta se mostrou solidária a Goijman. Aqueles que apoiaram Acosta posteriormente fundaram uma nova federação de voleibol na Argentina como uma organização substituta.

Para qualquer um prestando a devida atenção – ou seja, poucas pessoas fora do círculo da pequena comunidade de voleibol – esta foi uma situação de troca de acusações com pouca base para julgar o que poderia ser verdade ou mentira. A disputa poderia ter desaparecido como uma nota de rodapé histórica.

No entanto, descobriu-se que algumas das pessoas que estavam atentas à disputa tinham o poder de transformar as notas de rodapé em manchetes. Em 2003, autoridades suíças invadiram a sede da FIVB em Lausanne e

apresentaram documentos que respaldavam as acusações de Goijman. Ao mesmo tempo, o comitê de ética do COI começou uma investigação sobre Acosta que resultou em uma recomendação de sanções, o que motivou sua subsequente renúncia do COI – quando a investigação foi interrompida, uma vez que ele já não se encontrava mais sob a jurisdição do COI.

Mais tarde, um tribunal suíço apurou que as contas da FIVB realmente haviam sido falsificadas, mas não pôde determinar se a falsificação fora resultado de intenção criminosa. Jen Sejer Andersen, que preside a Play the Game, organização dinamarquesa sem fins lucrativos e com foco na governança esportiva, assumiu a causa de Goijman. Andersen obteve a posse de documentos internos da FIVB que haviam vazado e o levaram a concluir que Acosta havia desviado mais de US\$ 33 milhões da organização. Ainda assim, nenhuma dessas revelações resolveu o problema de Goijman. Durante mais de uma década, Goijman continuou sofrendo as consequências da retaliação de Acosta e da FIVB por seu pronunciamento.

Como presidente da Federação de Voleibol Argentino, Goijman foi o principal responsável individual por organizar o Campeonato Mundial masculino de 2002. Parte dessa responsabilidade envolveu a contribuição vinda de seu próprio bolso e a realização de empréstimos bancários substanciais em seu nome para financiamento dos jogos, relatados em US\$ 800.000 — economias de toda a sua vida. Goijman disse que a contribuição com seus fundos pessoais já era esperada, devido ao estado lastimável da economia Argentina naquele momento. Ele explicou que não estava preocupado com os empréstimos, uma vez que se esperava que os jogos gerassem um retorno de 30 %. Ele foi em frente, esperando que o dinheiro emprestado seria reembolsado por meio da parceria contratada com a FIVB.

Em última análise, a FIVB se recusou a reembolsar a Federação de Voleibol Argentino (e, portanto, Goijman) pelos empréstimos que tinha realizado, responsabilizando pessoalmente Goijman pela dívida. A FIVB também permaneceu atenta à Federação de Voleibol Argentino e a todos que ofereceram apoio a Goijman. A incapacidade de Goijman em quitar os empréstimos foi o que finalmente levou a polícia a bater à sua porta para reaver sua casa e até o último de seus pertences.

O estudo de Pielke (2016) sobre esse caso questionou diversas vezes a assessoria de imprensa da FIVB na Suíça e da FeVA (atual Federação de Voleibol Argentino, que substituiu a de Goijman), sem obter qualquer resposta. Pielke entrevistou Doug Beal, Diretor Executivo da Federação de Voleibol dos Estados Unidos e treinador-chefe da equipe de voleibol dos Estados Unidos no Campeonato Mundial masculino de 2002, na Argentina. Beal também atuou no Conselho de Administração da FIVB.

Beal contou a Pielke que, durante o tempo em que a FIVB foi comandada por Acosta, a organização era essencialmente uma “ditadura de um só”. Beal explicou:

Ninguém fez muitas perguntas, porque ele estava trazendo muito dinheiro e promovendo muito o esporte, sobretudo nas Olimpíadas e com a inclusão da modalidade praia em 1996. Com certeza, Acosta estava recebendo comissões significativas por algum tempo antes que fosse uma prática aprovada ou bem conhecida, e o montante total talvez nunca venha a ser divulgado. (Tal como citado em Pielke, 2016).

Tais pagamentos a gestores do esporte foram o tipo de prática revelada ao mundo pelo escândalo da FIFA.

Sobre a disputa entre Goijman e Acosta, Beal disse "Goijman não se dobrou aos caprichos e vontades [de Acosta] como a maioria das pessoas fazem. Acosta decidiu destituí-lo do mundo do vôlei." (tal como citado em Pielke, 2016). Beal disse a Pielke que indivíduos assumindo responsabilidade pessoal por empréstimos para financiar um campeonato não é uma prática que deva ser feita. A versão de Beal sobre esses eventos e disputas condiz com as provas reunidas por Andersen no Play the Game e disponibilizadas publicamente.

As experiências pessoais de Goijman ilustram que a governança das organizações esportivas internacionais muitas vezes se afasta das melhores práticas destacadas nos módulos anteriores deste curso. Obviamente, as consequências de uma governança esportiva precária não envolvem somente dinheiro. Às vezes, elas também podem ter um ônus humano bastante alto.

Por exemplo, o procurador de direitos humanos e antigo nadador olímpico representante do Canadá, Nikki Dryden, solicitou uma investigação independente sobre Fran Crippen, um nadador de águas abertas americano que faleceu por afogamento a 300 metros da linha de chegada da prova de 10 km no Campeonato Mundial de Águas Abertas dos Emirados Árabes, em 2010. Dryden disse que a FINA, Federação Internacional de Natação, “[...] se recusou a participar com a força-tarefa da USA Swimming para ajudar em uma investigação minuciosa e transparente” (Dryden, 2015, <https://goo.gl/YbqAv2>), apesar de alegar que o evento não deveria ter sido realizado, tendo em vista indicações de água excessivamente quente e escassez de salva-vidas (Dryden, 2015). Quando surgem questões acerca de ações tomadas por organizações

esportivas, quem é o responsável? Por muitos anos, a resposta a essa pergunta tem sido “no fundo, ninguém” (Pielke 2016).

Em outro caso, que teve consequências ainda maiores, Jack Warner (oficial do governo de Trinidad e Tobago, suspenso do Comitê Executivo da FIFA em 2011 por violações éticas), foi acusado de má administração de fundos criados para auxílio das vítimas do terremoto no Haiti em 2010. De acordo com o Sunday Times de Londres, Warner coletou US\$ 750.000 da FIFA e de seu vice-presidente, Moon Jung-Chung (que também é membro da família proprietária da Hyundai na Coreia do Sul). O Presidente da Federação Haitiana de Futebol, Yves Jean-Bart, diz que apenas US\$ 60.000 chegaram ao Haiti. Warner não levou prestação de contas dos fundos restantes e em 2015 foi indiciado pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos por acusações de corrupção (Knoblauch, 2015).

Os Estados Unidos e Europa, em particular, sabem utilizar órgãos governamentais e não governamentais para ajudar a lidar com a corrupção. No entanto, tais práticas estão longe de serem universais. Jean Loup-Chappelet, professor de gestão pública na Escola Suíça de Pós-Graduação em Administração Pública com especialização em Governança Esportiva, observa que apenas dez países em todo o mundo têm leis contra a corrupção no esporte, provavelmente por consequência da relativa imaturidade dessas organizações, bem como a noção antiquada de que elas devem funcionar de modo autônomo. Mesmo na Europa (Suíça, inclusive), onde se encontra a maioria dos órgãos esportivos internacionais, uma trama complexa de leis e de execução faz com que lidar com a corrupção seja um desafio (Chappelet, 2010).

Para Mario Goijman, o conflito que teve com as organizações de voleibol foi trágico. Quando a polícia apareceu na casa dele, em outubro de 2012, Goijman colocou uma arma na cabeça em uma tentativa de suicídio e teve de ser hospitalizado. Andersen e a Play the Game pediram à FIVB que participasse de um processo de arbitragem para resolver o litígio pendente sobre os empréstimos de 2002 ainda em nome de Goijman. “Ao demonstrar generosidade e disposição em abrir um diálogo com a Federação de Voleibol Argentino e com Goijman” (como citado em Pielke 2016), Andersen argumenta, “[...] a FIVB enviará um importante sinal de boas-vindas para os futuros líderes dentro e fora de voleibol que desejarem preservar a integridade do esporte e das suas instituições.” Andersen contou a Pielke que, em 2016, Goijman vivia em uma pequena casa alugada e continuava a sofrer consequências da perda de suas economias de toda uma vida.

Beal, do voleibol americano, deixou clara a sua posição. Ele disse a Pielke que os US\$ 800.000 devidos por Goijman “podem parecer muito [mas não são]

tanto assim para a FIVB" (tal como citado em Pielke, 2016). Andersen concorda, "A FIVB não publica suas contas anuais, mas acredita-se que está entre as mais ricas federações esportivas". Beal citou o bem-gerido e bem-sucedido Campeonato Mundial Masculino de 2002, conduzido por Goijman em um período financeiro difícil para a Argentina e para sua Federação, ao que concluiu,

"É minha opinião bastante convicta de que é dever da FIVB pagar este montante contestado ou algum valor negociado. Assim, ela se livraria expressamente desta mácula em nosso esporte, mandando uma mensagem positiva sobre apoio aos eventos do nosso mundo, aos nossos parceiros de longa data e estaria fazendo a coisa certa." (Tal como citado em Pielke, 2016)

Mas a FIVB optou por não se envolver com Goijman, muito menos ajudá-lo a recuperar qualquer uma das suas economias.

O caso de Mario Goijman levanta questões importantes sobre prestação de contas e responsabilidades das organizações nacionais e internacionais, questões cuja relevância vai além desse caso (Pielke, 2016).